

Apropriação das mídias por comunidades locais e grupos populares: análise de conteúdo da cartilha do curso prático de midiativismo promovido pela CONTAG

Media Appropriation by Local Communities and Popular Groups: Content Analysis of the Practical Media Activism Course Handbook Promoted by CONTAG

Ricardo Andrade ¹ⁱ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2124-7358>

João Paulo Hergesel ²ⁱⁱ

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1145-0467>

Recebido em: 30/11/2023. Aprovado em: 20/12/2023.

Resumo

Este artigo objetiva discorrer sobre a apropriação das mídias por parte de comunidades populares com base em cartilha do curso de midiativismo da CONTAG. Fez-se uso da análise de conteúdo (Franco, 2012), com embasamento nos conceitos de ressignificação das mídias, globalização e formação do sujeito contemporâneo (Thompson, 2008; Silverstone, 2005; Santos, 1997; Giddens, 2002). Por fim, pôde-se verificar que, por meio do midiativismo, comunidades em condição vulnerável são capazes de se apropriar das novas tecnologias, explorando suas potencialidades conforme suas necessidades no enfrentamento à opressão do capital globalizado.

Palavras-chave: midiativismo; apropriação midiática; comunidades populares.

Abstract

This article aims to discuss the appropriation of media by popular communities based on the handbook of the media activism course offered by CONTAG. Content analysis was employed (Franco, 2012), drawing on concepts of media reframing, globalization, and the formation of the contemporary subject (Thompson, 2008; Silverstone, 2005; Santos, 1997; Giddens, 2002). In conclusion, it was observed that through media activism, communities in vulnerable conditions can harness new technologies, exploring their potentialities according to their needs in confronting the oppression of globalized capital.

Keywords: media activism; media appropriation; popular communities.

1 Introdução

O midiativismo pode ser entendido como a apropriação de tecnologias midiático-digitais por atores sociais com o objetivo de promover intervenções ativistas que busquem superar ou resistir às estruturas tradicionais de difusão vertical e unilateral de informações (Dias; Borelli, 2018). Na região Norte do Brasil, a qual sofre com crimes

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas. SP – Brasil. ricardo.jornalismo2013@gmail.com.

² Pontifícia Universidade Católica de Campinas. SP – Brasil. joao.hergesel@puc-campinas.edu.br

Comunicação & Inovação | v. 24 | e20239373 | jan.-dec. | 2023 | ISSN 2178-0145. <https://doi.org/10.13037/ci.vol24.e20239373>



ambientais e consequentes mazelas sociais, esse tipo de atuação política é encampado por diferentes entidades de cunho ambientalista, assistencial e sindical.

Buscando promover suas bandeiras e denunciar as adversidades enfrentadas em suas áreas de atuação, as organizações anteriormente mencionadas desenvolvem diferentes estratégias no campo da comunicação. A partir de uma dessas iniciativas comunicacionais, o presente trabalho teve como propósito discorrer sobre a apropriação das mídias por parte de comunidades locais e grupos populares com base em conceitos de comunidade, identidade e globalização.

Como objeto de estudo, o presente artigo utilizou a atividade de formação intitulada “Curso prático de midiativismo: disputando a narrativa em defesa da Amazônia, nas ruas, nas florestas, nas águas, nas redes sociais e nas ondas sonoras”, realizada entre setembro e dezembro de 2020. O curso foi uma iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), sendo executado pela sua Escola Nacional de Formação (ENFOC).

Desde 1963, a CONTAG atua em defesa dos interesses de mais de 15,7 milhões de residentes do campo e de áreas de floresta, de acordo com a pesquisa PNAD/IBGE de 2009 e dados disponibilizados pela confederação. Essa população é formada por agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, assalariados rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Atualmente, a CONTAG é composta por 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de quatro mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados. Essas diferentes entidades e seus integrantes compõem o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

Importante braço da atuação da CONTAG, a ENFOC foi criada em 2006 visando formar dirigentes sindicais rurais e militantes de movimentos sociais ligados ao campo. Essa formação é realizada por meio de cursos com temáticas políticas, sindicais e técnicas. Conforme consta no site da entidade, essas atividades visam desenvolver uma perspectiva crítica, libertadora e transformadora. Outra importante característica dos cursos da ENFOC é o fato de serem voltados para educadores e lideranças diversas das zonas rurais. O objetivo é fazer com que o público atendido pelas atividades de formação seja capaz de compartilhar os conhecimentos adquiridos e desenvolver suas próprias ações nas comunidades em que estão inseridos, propagando assim as pautas, bandeiras e valores defendidos pela ENFOC e pela CONTAG.



O “Curso prático de midiativismo: disputando a narrativa em defesa da Amazônia, nas ruas, nas florestas, nas águas, nas redes sociais e nas ondas sonoras”, em análise neste trabalho, teve como missão instruir lideranças sindicais e de movimentos sociais da região norte sobre a utilização de ferramentas digitais de comunicação. Abordando questões práticas – como editoração de imagens e aplicabilidades de diferentes redes sociais – e também teóricas e conceituais de organização política, a atividade foi realizada de forma on-line em transmissões ao vivo no *Facebook*. Segundo os organizadores, aproximadamente duzentos participantes concluíram o cronograma. Além das transmissões ao vivo, o curso teve como base uma cartilha abordando todos os temas planejados na grade. A partir dessa atividade de formação, este estudo se debruçou sobre a seguinte problemática: como o midiativismo é colocado em prática pelos integrantes e apoiadores da CONTAG, como tem se dado a apropriação das tecnologias midiático-digitais no universo pesquisado e quais as relações entre esse processo e os aspectos de identidade e autoafirmação das comunidades envolvidas?

O desenvolvimento do trabalho se deu por pesquisa bibliográfica – a partir dos autores como Barbosa e Ferrer (2016) e Tavares, Conceição e Castro Filho (2020) – além de análise de conteúdo amparada por Franco (2012), realizada com base na cartilha do referido curso. O método de análise de conteúdo aqui desempenhado é comum na abordagem sistemática do conteúdo de comunicações, caracterizando-se pela inferência de novas informações e entendimentos a partir de correlações e comparações contextuais baseadas no objeto de estudo, indo além do levantamento de dados meramente descritivos (Franco, 2012).

Ao longo da análise, cada um dos capítulos da cartilha teve seu conteúdo destrinchado para que fossem identificados e segmentados os seguintes elementos: temas e áreas do conhecimento abordadas, propostas de intervenção apresentadas e posicionamentos político-ideológicos manifestados. Com base nesses elementos, foram levantadas inferências que partem dos conceitos desenvolvidos por Thompson (2008), Silverstone (2005), Santos (1997) e Giddens (2002) sobre apropriação e ressignificação das mídias e sentidos, globalização e formação do sujeito contemporâneo.



2 A opressão do capital globalizado perante as populações camponesas

Historicamente, as populações rurais da região norte sofrem com violações de seus direitos relativos à terra e à cidadania como um todo. Normalmente, essas violações partem de grandes produtores e conglomerados do agronegócio. Barbosa e Ferrer (2016) destacam que essa violência contra os agricultores tradicionais chega a ser amparada pelo poder público local e, geralmente, materializa-se por meio da destruição dos ecossistemas e de sua sociobiodiversidade, de enfermidades causadas pela exploração irregular de recursos naturais e de apropriações ilegais de terras, podendo essas partirem de violência e até mesmo de assassinatos.

Ao analisar os efeitos do avanço da territorialização do agronegócio a partir da década de 1990 no estado do Pará, observa-se que a monocultura da soja – imposta por esses grandes produtores – vem expropriando trabalhadores rurais, desencadeando a grilagem de terras, a concentração fundiária e a apropriação de recursos naturais (Tavares; Conceição; Castro Filho, 2020). Os autores estudados observam ainda que as violências mencionadas partem da reprodução capitalista na agricultura e do capital mundializado. Dessa forma, a subjugação dos povos camponeses e comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhas parte de um capital econômico que não reconhece mais fronteiras ou direitos locais. Esse capital predatório e sem fronteiras pode ser entendido como uma consequência da globalização perversa explicada por Santos (1997):

A atual subordinação ao modo econômico único tem conduzido a que se dê prioridade às exportações e importações, uma das formas com as quais se materializa o chamado mercado global. Isso, todavia, tem trazido como consequência para todos os países uma baixa de qualidade de vida para a maioria da população e a ampliação do número de pobres em todos os continentes, pois, com a globalização atual, deixaram-se de lado políticas sociais que amparavam, em passado recente, os menos favorecidos, sob o argumento de que os recursos sociais e os dinheiros públicos devem primeiramente ser utilizados para facilitar a incorporação dos países na onda globalitária (Santos, 1997, p. 72).

A subjugação das comunidades rurais mencionadas não se limita ao campo econômico. A pressão do capital globalizado também atinge o modo de vida dessas populações. Conforme explica Barbosa e Ferrer (2016), essa relação de opressão desencadeia a perda de identidade local dessas comunidades. Isso porque o capital hegemônico, representado pelo agronegócio, é capaz de alterar os modos de vida dessas pessoas ao apartar as populações locais de direitos básicos, como a terra e a moradia.



Esses direitos são fundamentais para preservar o contato entre os membros das comunidades e a consequente preservação de suas tradições e hábitos de vida.

Tavares, Conceição e Castro Filho (2020) também destacam essa subjugação dos modos de vida das comunidades tradicionais da região norte. Segundo os autores, isso é resultado do avanço do capital global e da consequente transformação das terras, águas e florestas em mercadoria a serviço de interesses exógenos. Outro fator preponderante levantado por Barbosa e Ferrer (2016) na opressão das identidades e culturas dos povos camponeses é a negação da cidadania. Isso ocorre com a privação exercida pelo capital e pelo Estado de serviços públicos elementares (como saúde, educação e transporte), dos exercícios cotidianos de cidadania e das práticas culturais dessas populações. Essa exclusão ocorre porque, com a perda de suas terras, os camponeses precisam migrar para regiões mais distantes ou, até mesmo, para o interior das florestas. Com isso, essa população passa a viver em regiões sem estrutura do Estado, ficando à margem dos serviços públicos e da cidadania.

O rompimento com sua comunidade local, seja por consequência gradual da modernidade ou pela violência de uma globalização perversa, afeta diretamente o indivíduo. Giddens (2002) considera as comunidades e tradições locais um ponto de apoio para a formação da identidade. Dessa forma, quando esse referencial é suprimido pelas dinâmicas das grandes estruturas globalizadas, o indivíduo se vê tomado de aflições e inseguranças. “O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais” (Giddens, 2002, p. 38).

Os indivíduos e famílias que, em vez de se deslocarem para novas áreas, optam ou se veem obrigados a trabalhar nos grandes latifúndios, não apenas perdem o contato com sua comunidade tradicional, mas passam a viver sob a premissa do capital agrícola. A relação com o tempo e também com o espaço passa a seguir a lógica da modernidade apontada por Giddens (2002) em seu conceito de mecanismos de desencaixe. O espaço de trabalho não é mais sua propriedade tão bem conhecida e cuidada. A terra passa a ser de outrem, com extensão que aparenta ser interminável e cultivada com métodos e regras que não lhes são familiares. O tempo do cultivo passa a seguir a lógica dos sistemas globais, e não mais os ciclos naturais anteriormente seguidos pelos camponeses. O cultivo – com suas etapas de preparação da terra, plantio e colheita – dá lugar à produção agrícola



capitalista, com prazos e procedimentos determinados por estruturas transnacionais de comércio e distribuição de commodities.

A reorganização do tempo e espaço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade da modernidade supõem propriedades universalizantes que explicam a natureza fulgurante e expansionista da vida social moderna em seus encontros com práticas tradicionalmente estabelecidas (Giddens, 2002, p. 27).

Nota-se até aqui que, além da opressão material e territorial, as populações tradicionais das regiões agrárias do norte do país sofrem com a desconfiguração de suas comunidades, de seus modos de vida e, conseqüentemente, de suas identidades. Entretanto, esses indivíduos não assistem passivamente a essa subjugação. A seguir, serão abordadas diferentes formas de resistência, entre as quais se destacam os movimentos sociais e suas estratégias comunicacionais.

3 Formas de resistência

Santos (1997) argumenta que as populações marginalizadas pela globalização perversa e seu conseqüente ciclo de empobrecimento tomam consciência do cenário que enfrentam. A partir disso, essas comunidades rejeitam esse processo que as oprime e buscam alternativas.

As populações envolvidas no processo de exclusão assim fortalecido acabam por relacionar suas carências e vicissitudes ao conjunto de novidades que as atingem. Uma tomada de consciência torna-se possível ali mesmo onde o fenômeno da escassez é mais sensível. Por isso, a compreensão do que se está passando chega com clareza crescente aos pobres e aos países pobres, cada vez mais numerosos e carentes. Daí o repúdio às ideias e às práticas políticas que fundamentam o processo socioeconômico atual e a demanda, cada vez mais pressurosa, de novas soluções. Estas não mais seriam centradas no dinheiro, como na atual fase da globalização, para encontrar no próprio homem a base e o motor da construção de um novo mundo (Santos, 1997, p. 58).

Conforme citado, Santos (1997) entende que as novas soluções, alternativas à globalização excludente, tem como característica a rejeição do dinheiro como elemento central. No lugar do capital, a centralidade passa a ser ocupada pelo ser humano nessas novas soluções. Os movimentos sociais podem ser entendidos como exemplos dessas formas de resistência apresentadas por Santos (1997). Isso porque suas bandeiras encampam questões baseadas nas necessidades intrínsecas do ser humano – de direito à vida, ao respeito, à terra, à preservação do ambiente em que vive – entre outras pautas centradas no homem, e não no dinheiro.



As comunidades camponesas brasileiras não estão alheias aos movimentos de resistência perante a globalização excludente explicada por Santos (1997). Como apresentado na introdução, os trabalhadores do campo se organizam em mais de quatro mil sindicatos ao redor do país. Juntamente com as federações de cada estado e a CONTAG, essas entidades formam o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Esse movimento também está presente na região norte, pautando e reivindicando melhores condições de vida e denunciando ataques aos direitos desses trabalhadores.

Além do MSTTR, as populações do campo se organizam em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cooperativas, organizações não governamentais e coletivos. Lima Tavares, Conceição e Castro Filho (2020) destacam a relevância das iniciativas de resistência na região e a criminalização que sofrem cotidianamente.

Os povos dessa região possuem um grau de resistência significativo frente à fronteira móvel do capital mundializado. É nesse sentido que os movimentos sociais organizados e as ONGs que defendem os direitos humanos, ambientais e culturais dos povos e comunidades tradicionais amazônicas têm se mobilizado e formulado estratégias de lutas para o enfrentamento do capitalismo. Entretanto, o discurso e a proposta hegemônica da reprodução ampliada do capital negam as existências desses trabalhadores rurais e acirram a criminalização dos movimentos sociais e demais organizações (Tavares; Conceição; Castro Filho, 2020, p. 52).

Em meio a este cenário hostil, a CONTAG desenvolve estratégias para a formação de lideranças no campesinato. Entre essas iniciativas, a ENFOC se destaca com atividades educacionais diversas. Uma delas – o “Curso prático de midiativismo: disputando a narrativa em defesa da Amazônia, nas ruas, nas florestas, nas águas, nas redes sociais e nas ondas sonoras” – chama a atenção por seu claro objetivo de contrapor a hegemonia do capital e de sua visão de mundo em relação à região amazônica. Na apresentação do curso, presente em sua cartilha, a ENFOC destaca os desafios enfrentados pelo MSTTR e a importância das estratégias de enfrentamento baseadas na educação popular.

Somos amazônidas, estamos acostumados a nos adaptar à mudança repentina da floresta, das águas e da conjuntura política que constantemente nos ameaça. Mas nunca havíamos pensado em enfrentar ao mesmo tempo, uma pandemia mundial, um governo genocida e o distanciamento social. Fomos então desafiados a reagir e repensar nossas práticas educativas e de luta, até chegar neste Curso Prático de Midiativismo, disputando a narrativa em defesa da Amazônia. Foi preciso construir na imaginação, falar com muita gente, ouvir atentamente as demandas da região para, enfim, chegar até aqui. A educação



popular nos permite escutar até mesmo as vozes não ditas, ela é uma porta sempre aberta, convidando para que todos nós, a ultrapasse, e libertem suas vozes (ENFOC, 2021, p. 6).

Chegando no sumário da cartilha, onde é possível verificar todos os temas abordados, percebe-se como a atividade visa apropriar diferentes recursos da comunicação digital para que sejam utilizados como ferramentas na disputa de visões de mundo mencionada no título do próprio curso. Nesse sentido, são pertinentes as ideias desenvolvidas por Thompson (2008). O autor afirma que os meios de comunicação expõem os indivíduos ao chamado conhecimento não local. Isso porque cada vez mais a formação da identidade é alimentada por materiais simbólicos externos à comunidade local e vinculados pelas formas mediadas de comunicação – como TV, rádio, internet, cinema e publicações impressas – que se expandem e ganham força com a modernidade. Segundo o autor, essa influência de elementos exógenos na formação dos indivíduos enfraquece seus laços com a comunidade, mas não a ponto de destruí-los pois os indivíduos de uma comunidade são capazes de apropriar esse conhecimento não local, conferindo-lhe a importância prática e a utilidade que julgarem pertinente de acordo com seus interesses e recursos disponíveis.

Considerando as exposições de Thompson (2008), nota-se que os integrantes do MSTTR atendidos pela formação da ENFOC não estão alheios ao conhecimento não local trazido pela comunicação mediada da modernidade. Os materiais simbólicos contidos nas plataformas digitais – nas publicações em redes sociais, nas transmissões ao vivo, nos aplicativos de troca de mensagens e na internet de modo geral – se fazem presentes na formação da identidade desses indivíduos. Entretanto, por meio de ações como o curso aqui estudado, o MSTTR se apropria dessas ferramentas e passa a utilizá-las conforme seus interesses e de acordo com sua realidade. Essa comunidade assume, então, uma postura ativa e passa a contrapor o discurso hegemônico do agronegócio e do capital globalizado.

Essa apropriação pode ser verificada no primeiro tópico do curso, que ensina como criar imagens informativas compartilháveis nas redes sociais, chamadas de *cards*. De acordo com a cartilha, o objetivo desse módulo é fazer com que os participantes conheçam e se familiarizem com as melhores ferramentas para criação desses *cards*, visando uma melhor produção de conteúdos de formação e mobilização. Em seguida, a cartilha apresenta dicas de design gráfico e mostra didaticamente como utilizar uma plataforma digital com acesso gratuito, em que é possível criar essas imagens rapidamente



com modelos pré-desenvolvidos. Mantendo-se conectada com a realidade na qual está inserida, a cartilha propõe um exercício de fixação no qual os alunos deverão elaborar um *card* divulgando a feira de agricultura familiar do seu sindicato. Por fim, o material do curso incentiva seus alunos a produzirem e divulgarem esses materiais ativamente em suas redes sociais e com sua comunidade por meio dos aplicativos de troca de mensagens. Fica claro o objetivo de reproduzir o modelo de comunicação praticado nas redes sociais, mas ressignificando seus conteúdos de forma localizada e em linha com os objetivos da comunidade, conforme as colocações de Thompson (2008).

Enquanto a comunicação e a informação cada vez mais se difundem em escala global, estes materiais simbólicos vão sendo recebidos por indivíduos que estão situados em locais espaço-temporais específicos. A apropriação dos produtos de mídia é sempre um fenômeno localizado, no sentido de que ela sempre envolve indivíduos específicos que estão situados em contextos social-históricos particulares, e que contam com os recursos que lhes são disponíveis para dar sentido às mensagens da mídia e as incorporar em suas vidas. E as mensagens são frequentemente transformadas no processo de apropriação, conforme os indivíduos as adaptam aos contextos práticos da vida cotidiana (Thompson, 2008, p. 155).

Silverstone (2005) também aborda a ressignificação das mensagens e ideias na comunicação mediada. Segundo o autor, a mediação tem como consequência o movimento de significados entre discursos, pois cada agente dessa corrente, consumidor ou produtor da mensagem, carrega consigo suas próprias compreensões e interpretações.

Todos nós somos mediadores, e os significados que criamos são, eles próprios, nômades. Além de poderosos. Fronteiras são transpostas, e, tão logo programas são transmitidos, *websites* construídos ou *e-mails* enviados, elas continuarão a ser transpostas até que as palavras e imagens que foram geradas ou simuladas desapareçam da visão ou da memória. Toda transposição é também uma transformação. E toda transformação é, ela mesma, uma reinvenção de significado, de sua relevância e de seu valor (Silverstone, 2005, p. 42).

O segundo tópico do curso, intitulado “Comunicação popular direcionada para redes sociais”, se enquadra nas ideias de apropriação e ressignificação trazidas por Thompson (2008) e Silverstone (2005) ao afirmar que todos os participantes são comunicadores populares. Junto a essa afirmação, a cartilha ressalta que é necessário que todos aprendam como atuar em rede e como elaborar estratégias para que o discurso do MSTTR chegue mais longe. Em seguida, o tópico apresenta informações sobre o *Facebook* e suas diferentes formas de compartilhamento de conteúdo em páginas, perfis pessoais e grupos. Entre as sugestões apresentadas nesse ponto, a cartilha recomenda que os participantes da atividade, enquanto comunicadores populares, participem de



diferentes grupos de *Facebook* existentes na região em que vivem. Esses grupos podem ter temas diversos – como notícias, saúde e educação – e contam com a participação de pessoas com as mais variadas origens e visões de mundo. Por isso, o curso orienta a atuação política nesses espaços como uma estratégia para propagar a visão de mundo do MSTTR para além do seu núcleo de militantes. Em um breve texto pouco à frente, a cartilha reforça o chamado para que os educadores populares propaguem uma posição contra-hegemônica e mobilizadora.

Aqui é o lugar de encontro com a educação popular. Aqui é lugar de transformação. Aqui é lugar de resistência. Aqui é lugar de emancipação. Aqui é lugar de liberdade. Aqui é lugar de luta. Aqui é lugar de coragem. Aqui é lugar de ousadia. Aqui é lugar de reconstruir e ressignificar. Aqui é lugar de novas possibilidades. Aqui é pra fazer revolução! Por isso aqui é o seu lugar, o lugar dos educadores e educadoras populares da Amazônia! (ENFOC, 2021, p. 19).

A cartilha do curso prossegue abordando transmissões ao vivo em canais digitais. Após explicar o funcionamento de diversas ferramentas e redes sociais que possibilitam essas ações, o conteúdo do curso sugere que os participantes realizem transmissões mostrando suas plantações, comentando suas técnicas de cultivo e dando sugestões para outros agricultores familiares e trabalhadores do campo. Nesse exemplo, é possível notar o perfil comunitário dos movimentos sociais envolvidos com a ENFOC e com o curso aqui estudado. Santos (1997) aborda esse sentimento de solidariedade adotado pelos povos do hemisfério sul que resistem às desigualdades do capital globalizado.

Na divisão do trabalho por baixo, o que se produz é uma solidariedade criada de dentro e dependente de vetores horizontais cimentados no território e na cultura locais. Aqui são as relações de proximidade que avultam, este é o domínio da flexibilidade tropical com a adaptabilidade extrema dos atores, uma adaptabilidade endógena. A cada movimento novo, há um novo reequilíbrio em favor da sociedade local e regulado por ela (Santos, 1997, p. 71).

As relações de solidariedade e proximidade mencionadas acima podem ser vistas novamente pouco adiante na cartilha, quando o conteúdo aborda a construção de dinâmicas de empatia e confiança com as pessoas da comunidade. Segundo o curso, por conta dessas relações torna-se possível mobilizar os indivíduos em prol das pautas pretendidas.

As pessoas precisam ver em você algo que ela se identifica. Todas as pessoas que você confia, você se identifica, não é verdade? Outro fator que também constrói confiança é a partir da EXPERIÊNCIA. Em comunidades isso é muito comum. Ver que outra pessoa sabe fazer nos motiva a confiar. Depois de combinar IDENTIDADE + EXPERIÊNCIA, agora a pessoa precisa ser



MOBILIZADA a fazer algo junto. Ao lado desta construção, eu faço uma outra construção que é de RACIONALIDADE onde eu tenho que explicar o que fazer e preciso que a pessoa compreenda o porquê da ação comum, da ação que compartilhamos. Então eu construo uma identidade afetiva, uma relação emocional e vou avançar para que ela entenda, para que seja convencida racionalmente a fazer algo, por exemplo: se filiar no sindicato, votar no seu candidato... É preciso explicar o porquê fazer alguma coisa (ENFOC, 2021, p. 24).

Em seu quinto capítulo, a cartilha retorna às mídias digitais abordando o *WhatsApp*, principal aplicativo de troca de mensagens utilizado no Brasil. Já no título do referido capítulo, o material deixa claro o objetivo de abordar tal plataforma: “Comunicação e WhatsApp com marketing político: uso direcionado do zap em defesa de propostas da agricultura familiar e de combate às *fake news*”. Apresentando as funcionalidades da ferramenta e também sua utilidade no combate à disseminação de informações falsas sobre o MSTTR e o campo progressista em geral, o curso demonstra que os comunicadores populares não devem apenas propagar o seu discurso, mas também combater a mensagem hegemônica, sobretudo quando ela é baseada em alegações inverídicas. Percebe-se novamente que a apropriação midiática proposta pela iniciativa de ENFOC tem perfil crítico e politizado.

Nos capítulos seguintes, a cartilha vai além da comunicação e apresenta conteúdos didáticos sobre orçamentos municipais e sustentabilidade financeira e organizacional dos sindicatos. O penúltimo tópico é dedicado ao centenário do professor Paulo Freire, patrono da educação brasileira, com a transcrição de uma conversa sobre o legado de Freire realizada entre outros educadores durante a transmissão de uma das aulas do curso. Por fim, o capítulo final é voltado à amplificação do alcance da comunicação popular, usando como exemplo as rádios comunitárias, ferramentas virtuais de videoconferência e novamente mencionando o *WhatsApp*. Ao todo, são 44 páginas de um material que trabalha o tempo todo com questões técnicas, abordando didaticamente as diferentes ferramentas digitais sugeridas, e também com a visão política da ENFOC e dos movimentos sociais envolvidos.

4 Considerações finais

Com base nas análises do material utilizado como objeto e nos estudos bibliográficos realizados, é possível constatar que o curso desenvolvido pela ENFOC é um exemplo da resistência dos povos periféricos contra a globalização perversa descrita



nos estudos de Santos (1997). Isso pode ser verificado no perfil crítico e contra-hegemônico do curso, que deixa clara sua intenção de combater o discurso do capital globalizado, representado, nesse caso, pelo agronegócio.

Ao longo do conteúdo da cartilha, também se nota a preocupação em manter e fortalecer os laços de solidariedade entre os povos camponeses, visando preservar a comunidade e, conseqüentemente, a identidade desses indivíduos. Essa preocupação representa mais uma forma de resistência, posto que a ação territorialista e hegemônica do capital aparta essas populações de suas comunidades e de sua cultura, conforme apontado no início do presente artigo.

Constatando-se que o curso representa uma iniciativa de resistência, é possível verificar que essa resistência se manifesta com base na apropriação e ressignificação dos recursos midiáticos e do conhecimento não local ao qual as comunidades passam a ter acesso na modernidade. As diferentes técnicas para utilização de redes sociais expostas no curso, sempre focadas na produção e divulgação de conteúdos alinhados aos interesses do MSTTR, demonstram essa apropriação e ressignificação. Dessa forma, apesar de sofrerem com a opressão do capital globalizado e dos conseqüentes impactos no seu modo de vida, cultura e identidade, as comunidades atendidas pela formação da ENFOC resistem ressignificando, produzindo e compartilhando conhecimentos que lhes são úteis na afirmação de seus direitos e valores.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jonismar Alves; FERRER, Gabriel Real. O agronegócio da soja e as violações do direito à cidadania e ao desenvolvimento rural: um estudo de caso das comunidades locais de Santarém-PA, Brasil. **Conpedi Law Review**, Florianópolis, v. 1, n. 12, p. 34-53, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.26668/2448-3931_conpedilawreview/2015.v1i12.3485. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3485/0>. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIAS, Marlon; BORELLI, Viviane. Processualidades do midiativismo no acontecimento “Eu não mereço ser estuprada”. *In*: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (org.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 838-859.

ENFOC. **Curso prático de midiativismo: disputando a narrativa em defesa da Amazônia**, nas ruas, nas florestas, nas águas, nas redes sociais e nas ondas sonoras (cartilha). Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). Belém, 2021. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/noticias/detail/779>. Acesso em: 30 nov. 2023.



FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Líber Livro, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia**. São Paulo: Loyola, 2005.

TAVARES, Rayla de Lima; CONCEIÇÃO, Francilene da Sales; CASTRO FILHO, Antonio Celso Serique de. resistências dos movimentos sociais e ongs frente ao avanço do agronegócio no oeste da Amazônia paraense. **Geografia**, Londrina, v. 29, n. 1, p. 45-64, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2020v29n1p45>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/36990>. Acesso em: 30 nov. 2023.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ⁱ Mestre em Linguagens, Mídia e Arte pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e graduado em Jornalismo também pela PUC-Campinas. Possui especialização em Gestão de Conteúdo em Comunicação: Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente é jornalista no SINTPq - Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia/SP. Tem experiência na área de comunicação e assessoria de imprensa, com ênfase em comunicação institucional.

ⁱⁱ Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Doutor em Comunicação (UAM), com pós-doutorado em Comunicação e Cultura (Uniso). Membro do grupo de pesquisa Entre(dis)cursos: sujeito e língua(gens).

